CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Gabinete de Mario Frias pagou R$ 154 mil a empresa investigada por fraude

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Guilherme Levorato
Data de publicação	02/06/2026 08:28
URL original	https://www.brasil247.com/sudeste/gabinete-de-mario-frias-pagou-r-154-mil-a-empresa-investigada-por-fraude/
Relevância	Alta · Contratos e dinheiro público · Artigo
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Ricardo Nunes, Marina Pedersolli
Organizações	Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Tecnologia, Secretaria Municipal de Inovação, Google
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 11/11/2026 03:07
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• 247 – O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL-SP) pagou R$ 154 mil à Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada em uma investigação sobre o contrato de wi-fi gratuito firmado pela Prefeitura de São Paulo com o Instituto Conhecer Brasil.
• Antes da contratação da Complexsys, o mesmo tipo de serviço era prestado ao gabinete pela GTrend, empresa de Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Gama.
• Documentos mostram que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys ao gabinete de Mario Frias apresentavam descrições idênticas para os serviços prestados, embora tenham sido emitidas por empresas diferentes e em períodos distintos. (defesa/posicionamento)
• O G1 informou que procurou Mario Frias, Karina Gama, o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, mas não obteve retorno até a última atualização da reportagem.
• Um dos pontos investigados pela Polícia Civil é a relação entre o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, contratada pela organização para prestar serviços no âmbito do contrato com a Prefeitura de São Paulo.
• Entre os documentos analisados está uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

• Em maio, a Complexsys Soluções Integradas Ltda. afirmou que acompanha “com serenidade” a investigação conduzida pelas autoridades e que atua como “mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil”.
• A apuração também analisa a relação entre o instituto e empresas subcontratadas, entre elas a Complexsys.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO
247 – O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL-SP) pagou R$ 154 mil à Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada em uma investigação sobre o contrato de wi-fi gratuito firmado pela Prefeitura de São Paulo com o Instituto Conhecer Brasil. Documentos mostram que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys ao gabinete de Mario Frias apresentavam descrições idênticas para os serviços prestados, embora tenham sido emitidas por empresas diferentes e em períodos distintos.

247 – O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL-SP) pagou R$ 154 mil à Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada em uma investigação sobre o contrato de wi-fi gratuito firmado pela Prefeitura de São Paulo com o Instituto Conhecer Brasil. Os repasses, feitos entre setembro de 2024 e abril de 2026, constam em dados do Portal da Transparência da Câmara dos Deputados e foram realizados com recursos da cota parlamentar para serviços descritos como “CRM Político”, informa o G1.

Antes da contratação da Complexsys, o mesmo tipo de serviço era prestado ao gabinete pela GTrend, empresa de Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Gama. Entre abril de 2023 e agosto de 2024, a GTrend recebeu R$ 115,6 mil do gabinete de Mario Frias. A troca de fornecedores ocorreu pouco depois do fim do relacionamento entre Wemerson e Karina.

Wemerson afirmou acreditar que sua empresa foi contratada em razão da ligação familiar com Karina Gama. Ele disse ainda que executou parte dos serviços, mas que muitas propostas apresentadas ao gabinete eram recusadas.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Documentos mostram que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys ao gabinete de Mario Frias apresentavam descrições idênticas para os serviços prestados, embora tenham sido emitidas por empresas diferentes e em períodos distintos. O serviço descrito como “CRM Político” é usado para gestão de relacionamento com eleitores, organização de demandas e acompanhamento de atividades do mandato.

O G1 informou que procurou Mario Frias, Karina Gama, o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, mas não obteve retorno até a última atualização da reportagem.

Nota de R$ 2 milhões entrou na mira da investigação

Um dos pontos investigados pela Polícia Civil é a relação entre o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, contratada pela organização para prestar serviços no âmbito do contrato com a Prefeitura de São Paulo. Entre os documentos analisados está uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos.

Segundo consulta aos registros da Prefeitura de São Paulo, a nota aparece como cancelada no sistema oficial. O cancelamento, conforme os dados municipais, ocorreu no mesmo dia da emissão, em 6 de novembro de 2025. Apesar disso, o documento foi incluído pelo Instituto Conhecer Brasil na prestação de contas entregue à prefeitura em fevereiro deste ano.

Em maio, a Complexsys Soluções Integradas Ltda. afirmou que acompanha “com serenidade” a investigação conduzida pelas autoridades e que atua como “mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil”.

A empresa declarou ainda que não existem, até o momento, conclusões definitivas que justifiquem qualquer responsabilização e defendeu a observância do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da presunção de inocência. “A empresa permanece à disposição das autoridades para os esclarecimentos necessários”, informou.

Polícia Civil apura contrato de R$ 108 milhões

A Polícia Civil investiga suspeitas de irregularidades no contrato de R$ 108 milhões assinado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil para instalar pontos de wi-fi gratuito em comunidades. O inquérito aponta suspeitas de direcionamento do chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade, pagamentos por serviços não executados e possível sobrepreço.

A apuração também analisa a relação entre o instituto e empresas subcontratadas, entre elas a Complexsys. Durante a operação, foram recolhidos computadores, celulares, documentos e notas fiscais na Prefeitura de São Paulo e na sede da ONG.

Ao todo, a polícia cumpriu sete mandados de busca e apreensão em endereços ligados à dona da produtora e também na Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação, responsável pelo contrato entre a gestão municipal e a organização.

Investigação foi aberta a pedido do MP

A investigação da Polícia Civil foi aberta a pedido do Ministério Público. No inquérito da operação, a promotora Marina Pedersolli afirmou que o contrato com a gestão Ricardo Nunes apresenta indícios de “possível direcionamento do chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

contratada, suposto sobrepreço nos valores pagos pela Administração Municipal, antecipação de repasses públicos e pagamentos por serviços supostamente não executados".

A promotora também registrou que "a autoridade policial também menciona suspeitas de pulverização dos recursos públicos por meio de subcontratações com empresas privadas, além de possível utilização de valores oriundos do contrato público para financiamento de produção cinematográfica vinculada à investigada Karina Gama".

O Ministério Público apura os contratos da ONG em duas frentes, na área patrimonial e na esfera criminal. Em nota, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital informou que há um inquérito civil em andamento para apurar eventuais irregularidades no Termo de Colaboração nº 01/SMIT/2024, firmado entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e o Instituto Conhecer Brasil.

Segundo o MP, o objeto do contrato é a implantação, operação e manutenção de 5 mil pontos de acesso à rede pública de wi-fi em comunidades do município, pelo prazo de 12 meses. A promotoria apontou ainda notícia de suposto direcionamento do chamamento público anterior, ausência de justificativa técnica ou econômica para o ajuste com uma organização da sociedade civil, celebração de três aditamentos contratuais em sequência e repasses financeiros originalmente previstos para fases posteriores do contrato e referentes a serviços ainda não implantados.

Prefeitura diz colaborar com a apuração

Em nota, a Prefeitura de São Paulo afirmou que colabora com as investigações em andamento e que permanece à disposição das autoridades. A gestão municipal disse que todo o material requisitado já havia sido disponibilizado e que os documentos são de acesso público por meio da prestação de contas do município.

"A Prefeitura de São Paulo informa que colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações. Todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido disponibilizado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público, por meio da prestação de contas do município", afirmou a gestão.

A prefeitura declarou também que "o programa funciona normalmente na cidade" e que, por volta das 9h de segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados, 52 estavam off-line e passavam por manutenção. A administração negou pagamento por 5 mil pontos e afirmou que o aditivo citado se refere exclusivamente à manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados em comunidades periféricas da cidade.

A gestão Nunes disse ainda que toda a prestação de contas, incluindo documentos, notas fiscais, contratos e outras informações, está no sistema SEI, de acesso público, e que o processo também passou por acompanhamento do Tribunal de Contas do Município.

"A Prefeitura repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos, uma vez que o contrato do Instituto Conhecer Brasil seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade", declarou a administração municipal.

A nota acrescenta que o chamamento público ficou aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada e que o processo cumpriu as exigências legais. Segundo a prefeitura, para 2026, o custo estimado da parceria com o instituto é de R$ 1.280,80 por ponto ao mês, valor que a gestão afirma ser inferior a propostas recebidas em 2022, de R$ 2.026,26 por ponto ao mês e R$ 5.092,14 por ponto ao mês.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

ministério público | mário frias | polícia civil | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/sudeste/gabinete-de-mario-frias-pagou-r-154-mil-a-empresa-investigada-por-fraude/ · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 28/11/2026 00:08

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.